

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS
ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE
OS ESTÁGIOS NÃO-OBIGATORIOS:
UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

MANAGEMENT STUDENTS' SOCIAL REPRESENTATIONS ON
OPTIONAL INTERNSHIPS:
A STUDY AT THE MARINGÁ STATE UNIVERSITY

Recebido em: 24/04/2015 • Aprovado em: 30/06/2015

Avaliado pelo sistema *double blind review*

Editora Científica: Manolita Correia Lima

DOI 10.13058/raep.2015.v16n3.281

JAQUELINE CRISTINA ROMERO GONZAGA jaque.gonzaga@hotmail.com
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

JOSIANE SILVA DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

PRISCILLA BORGONHONI CHAGAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as representações sociais dos estudantes universitários do curso de Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM) quanto às suas experiências em relação ao estágio não-obrigatório. Para alcançar este objetivo, inicialmente, discutiu-se o conceito de representações sociais e como elas são construídas com base no senso comum. Foram apontados alguns dados referentes à expansão do ensino superior no país que influenciaram o aumento do número de estágios e estagiários no Brasil. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, realizada com doze acadêmicos, e, posteriormente, analisadas por meio da análise de conteúdo. Os principais resultados da pesquisa apontam que o estágio é representado pelos acadêmicos do curso de Administração como sendo uma forma mais rápida de ingresso ao mercado de trabalho, entretanto com baixa remuneração e, por vezes, precarizado. Destaca-se como um dos resultados do estudo a influência das políticas de expansão das universidades no Brasil que resultou em uma maior oferta dos cursos de bacharelado e, conseqüentemente, de acadêmicos destes cursos no mercado de trabalho.

Palavras-chave: representações sociais; estágio não-obrigatório; mercado de trabalho.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the social representations of undergraduate Management students at the Maringá State University (UEM) on their experiences regarding optional internships. This begins with an overview of the concept of social representations and how these are constructed based on common sense. Some details on the expansion of higher education in Brazil, and how they have influenced the increase in internships and interns, were identified. Semi-structured interviews were conducted on twelve students and analyzed using content analysis. The main results of this research indicate that internships are represented by the Management students as a faster way to enter the job market, but comes with low pay and sometimes a lack of security. One of the results that stands out is the influence of Brazilian universities' policies of expansion that resulted in a greater supply of undergraduate courses and, consequently, the number of these respective students in the job market.

Keywords: social representations; optional internship; job market.

INTRODUÇÃO

A expansão dos cursos de ensino superior no Brasil, especialmente após o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), trouxe como reflexo um processo de interiorização das universidades, além do aumento do número de graduandos dos cursos de bacharelado no mercado de trabalho nacional, especialmente por meio da realização de estágios não-obrigatórios. Entretanto, a forma como estes estudantes têm percebido as suas condições de trabalho nessa dinâmica é uma discussão que ainda precisa ser feita.

De acordo com o Ministério da Educação [MEC] (2014), Administração é o curso de graduação com mais estudantes matriculados, conseqüentemente é o curso que mais proporciona a inserção desses jovens profissionais no mercado de trabalho. Dialogando sobre os estágios no Brasil e levando em consideração as ofertas destes, os estudantes que mais têm oportunidades de estágio são os graduandos de Administração com 41,5% das vagas, de acordo com as informações do Núcleo Brasileiro de Estágios [NUBE] (2015). O estágio em Administração é uma oportunidade que os acadêmicos possuem de aprimorar seus conhecimentos e desenvolver suas competências profissionais. Para as empresas, o estágio é uma ferramenta que permite buscar novos talentos ou até mesmo suprir falta de funcionários por meio de uma mão de obra qualificada e barata. Por sua vez, para os estudantes essa ferramenta pode ser considerada uma forma de aprimorar seu aprendizado e, de certa forma, adquirir experiências profissionais.

Com base nesse processo de classificação do “que é ou não” um estágio ou sobre “o que se deve ou não” aprender durante esse período, é que são construídas as representações sociais dessa dinâmica pelos estagiários, e, no caso em estudo os estudantes dos cursos de graduação em Administração. Estas representações sociais sobre os estágios subsidiam discursiva e materialmente a formação dos estudantes de graduação, pois elas refletem e reproduzem as formas como os estudantes interpretam sua inserção e desenvolvimento no mercado de trabalho, bem como as relações entre a universidade, um espaço de formação acadêmica, com o mercado de trabalho, espaço de formação profissional. Isso porque, de acordo com

Spink (1993), as representações sociais estruturam os núcleos de significados que constituem as práticas dos indivíduos em relação às suas atividades cotidianas, sendo, nesse caso, os estágios não-obrigatórios dos estudantes universitários.

Moscovici (2003) enfatiza que as representações sociais estão associadas à interação que ocorre entre grupos e indivíduos. O encontro entre ambos permite troca de experiências e de acontecimentos vivenciados nas rotinas diárias desses indivíduos, fazendo com que as representações sejam construídas. Ainda de acordo com Moscovici (2003), as representações sociais possibilitam que a produção de sentido sobre determinado fenômeno social seja materializada no cotidiano de vida dos indivíduos, ou seja, é um processo que possibilita a articulação entre as dimensões subjetivas e objetivas da sociedade.

Deste modo, quando são analisadas as representações sociais dos estágios para os estudantes universitários, o foco não se volta somente à produção de sentidos individuais sobre o mercado de trabalho, mas sim como um conjunto de processos sociais se materializa nessa dinâmica de formação profissional. Ou seja, quando se discute a importância de se compreender as representações sociais dos estágios não-obrigatórios para os estudantes enfatiza-se os efeitos de um conjunto de políticas públicas, de sistema econômico, de relações de poder que subsidiam e produzem o cotidiano dos estudantes que são foco desses processos sociais.

É por isso que Spink (1993, p. 91) destaca que a objetivação das representações sociais implica três fases, sendo estas “a descontextualização da informação por meio de processos normativos e culturais”; “a formação de um núcleo figurativo, a formação de uma estrutura que reproduz de maneira figurativa uma estrutura conceitual”; “a naturalização, ou seja, a transformação destas imagens em elementos da realidade”. Sendo assim, é possível destacar que são as articulações entre os diferentes atores e elementos sociais que produzem o campo dos estágios não-obrigatórios e estabelecem um conjunto de significados sobre esse processo de modo a estruturá-lo e são essas significações que constituem o núcleo das representações sociais que subsidiam a produção da realidade social.

Diante disso, trazendo o estágio para o meio das representações sociais percebe-se que a visão dos estudantes em relação à função de um estagiário e às práticas de estágio se torna generalizada no meio dos universitários. Essa questão está atrelada ao senso comum por meio de contatos que esses estudantes têm com outros estudantes em relação às suas experiências ou não de estágio, por meio da produção de uma linguagem específica pela qual se compreende esse processo. Mais do que isso, a estruturação de determinadas práticas no cotidiano de vida destes indivíduos possibilita a produção e a reprodução das formas como os estágios constituem a dinâmica de formação dos estudantes. Nesse último ponto é que se pode destacar como as representações sociais refletem não somente o cotidiano de vida dos estudantes, mas, também, estão articuladas a processos macrossociais, a exemplo da expansão do ensino superior no país.

Para muitos estudantes, a imagem que possuem sobre um estagiário se torna limitada pelo fato de ouvirem certas afirmações sem ao menos questioná-las se são verdadeiras ou não. Com base nisso, as pessoas acabam repetindo essas afirmações em seus grupos de contatos generalizando a função de um estagiário como aquele, por exemplo, que serve café e atende telefone. Quando se discute representações sociais deve-se ter em mente que para estas serem construídas devem-se relacionar as discussões do senso comum, que acontecem entre um indivíduo e um grupo.

Diante disso, surge a seguinte questão de pesquisa: quais são as representações sociais dos estudantes de graduação em Administração sobre as suas experiências de estágios não-obrigatórios? Para responder essa questão, foram analisadas as experiências dos universitários de Administração tanto em relação às suas práticas de estágio quanto à visão que alguns alunos que não realizavam estágio possuíam dessa atividade. Os alunos entrevistados pertencem a Universidade Estadual de Maringá (UEM), localizada no noroeste do Estado do Paraná. Posto isso, e diante do problema de pesquisa, o objetivo do presente estudo é analisar as representações sociais dos universitários de Administração quanto às suas experiências em relação ao estágio não-obrigatório.

Apesar de já terem sido realizadas pesquisas nesta mesma linha de raciocínio, como é o caso do estudo feito por Bianchi e Oliveira (2011) no Estado do Rio de Janeiro, e Oliveira e Piccinini (2012a; 2012b) na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e na França, percebeu-se a necessidade de pesquisar o contexto dos estudantes de Administração da UEM (Universidade Estadual de Maringá) devido ao fato de que, como afirma Spink (1993), as representações são produzidas e significadas com base em uma dinâmica sociocultural. Considerando que as outras pesquisas foram realizadas em diferentes Estados brasileiros, aprofundar esse debate no contexto paranaense pode possibilitar um avanço no entendimento do mercado de estágio no país, bem como um aprofundamento dos debates teóricos que subsidiam essas discussões.

Para que o objetivo da pesquisa fosse desenvolvido, primeiramente, foi realizada uma discussão sobre o conceito de Representações Sociais, com base nos trabalhos de Spink (1993) e Moscovici (2003), apresentando como este processo é construído. A seguir, apresentou-se um estudo sobre essa mesma temática abordando estudantes e suas experiências de estágio. Em seguida foram apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta e análise dos dados. Em seguida são desveladas as representações sociais que os graduandos em Administração da Universidade Estadual de Maringá possuem sobre os estágios não-obrigatórios. Os resultados da pesquisa possibilitaram ampliar um debate sobre o processo de expansão das universidades no Brasil com destaque nos cursos de bacharelado, bem como o foco deste processo centrado na oferta de vagas sem uma profundidade maior sobre como os profissionais que atuam no setor educacional estão sendo inseridos nesse processo e a relação que os acadêmicos têm estabelecido com as universidades.

A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A Teoria das Representações Sociais (TRS) trata do processo no qual o social e o individual interagem entre si objetivando, por meio de construções sociais, uma realidade ordenada de objetos (SALAZAR; SILVA, 2014). De acordo com Moscovici (2003), precursor da TRS no início da década de 1960, a representação é um processo social, uma vez que a criação social se estrutura e se organiza por meio de representações sociais. As representações sociais são caracterizadas pela interação entre grupos e indivíduos, ou seja, a representação está presente no encontro entre pessoas ou objetos a partir do momento em que há uma adaptação entre eles. Assim, a TRS trata da representação de alguém (sujeito) a respeito de alguma coisa (objeto) por meio de relações simbólicas e interpretativas (JODELET, 2001).

As representações sociais estão inseridas nas teorias do conhecimento, desse modo, estudam o conhecimento que envolve o senso comum ou no que se refere ao conhecimento prático, e são aplicadas tanto na Psicologia Social quanto nas Ciências Sociais (SPINK, 1993). Para Sperber (1989 *apud* SPINK, 1993), essas representações podem ser abordadas com base na Psicologia Cognitiva e da Psicanálise, como também pela Antropologia. Desta forma, na área da Psicologia a representação está atrelada às informações e valores do próprio indivíduo, assim chamado de eventos infra-individuais como um processo simbólico mental. Para Moscovici (2003), a psicologia social é a principal disciplina que estuda as propriedades, a origem e o impacto das representações. Na Antropologia, as representações estão diretamente ligadas ao relacionamento coletivo que visa à formação social e/ou representação da cultura. Já na Administração, Vergara e Ferreira (2007) e Silva e Carrieri (2014) argumentam que a TRS apresenta-se como uma opção interessante para investigações que pretendem compreender as implicações das construções sociais das pessoas nas organizações e foi utilizada como suporte em vários trabalhos publicados na área (MÖLLER, 1996; CAVEDON, 1999; FERREIRA, 2005; YAMAMOTO, 2005; VERGARA; FERREIRA, 2005; SALAZAR; SILVA, 2014).

As representações sociais são realizadas por meio das relações que ocorrem entre o indivíduo e o seu grupo social, sendo então o produto de explicações que se originam por meio das comunicações entre indivíduos na vida cotidiana (REIS; BELLINI, 2011). Conforme expõe Moscovici (2003), as representações sociais e as representações individuais se complementam gerando um ciclo contínuo, ou seja, um indivíduo transmite experiências que foram vivenciadas no seu dia a dia por meio de conceitos, afirmações e explicações e, ao dialogar com um grupo, constrói suas próprias representações. Cavedon e Ferraz (2005) discorrem sobre como as representações são dinâmicas e se modificam na medida em que dependem das relações entre os sujeitos e os objetos:

Portanto, as representações não são criadas por um indivíduo de forma isolada: pessoas e grupos criam representações ao longo da comunicação e da cooperação. As representações, ao serem criadas, acabam ganhando uma vida própria, circulam, encontram-se, atraem-se, repelem-se e abrem espaço para o surgimento de novas representações, enquanto outras, mais antigas, acabam desaparecendo (CAVEDON; FERRAZ, 2005, p. 6).

A importância das representações sociais na visão de Moscovici refere-se ao ser humano que questiona procurando respostas e busca compreender as mesmas, e não à forma como ele se comporta diante das informações (CAVEDON; FERRAZ, 2005). Sendo assim, a vida comum está constantemente sendo criada e recriada na sociedade e nesse processo são construídas e reconstruídas as representações sociais, aporte para as comunicações, as definições sociais e as redefinições do meio (SALAZAR; SILVA, 2014). Em função da natureza dinâmica das representações sociais são construídas formas de comportamento entendidas como mais adequadas para cada contexto ou circunstância, adequando-se em uma receita de linguagem construída para diferentes relações ou confrontações, bem como há uma informação propícia a cada ambiente contextualizado (MOSCOVICI, 2003). Assim, as representações sociais são expressas de forma clara por meio de gestos, encontros e palavras e são relacionadas tanto como símbolo quanto como prática seja ela científica ou mítica.

Visando expor como as representações interferem na atividade cognitiva do indivíduo e no seu processo de aprendizagem, assim chamado de condicionamento, Moscovici (2003) apresenta duas funções: a natureza convencional e a natureza prescritiva, sendo que ambas irão orientar as relações e os comportamentos sociais. A natureza convencional remete à forma definitiva que as representações dão aos objetos, as pessoas ou aos acontecimentos, lhes dando uma forma definitiva, localizando-a em uma determinada categoria e colocando-as como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Desse modo, a forma dada a esses elementos deve ser adequada a um modelo já existente que permita que as pessoas sejam agrupadas. Porém, mesmo quando um indivíduo não se adequa ao modelo, ele é forçado a adotar um formato permanente, participar de um grupo, se tornando assim, igual aos outros. No entanto, quando isso acontece o indivíduo está sujeito a não ser compreendido e nem decodificado.

Por sua vez, a natureza prescritiva se refere às representações já existentes que são impostas aos sujeitos e passadas por gerações, ou seja, é como um roteiro elaborado de como o indivíduo deve agir ou pensar em uma dada circunstância. Mais uma vez percebe-se a existência do senso comum no decorrer da vida do indivíduo, uma vez que esse já cresce ouvindo respostas prontas de acontecimentos que deram ou não deram certo, sem mesmo questioná-las. Logo, essas representações irão induzir a mente de cada um fazendo com que o indivíduo repita essas ideias. A natureza prescritiva frequentemente encontra-se materializada nas relações do indivíduo, ou seja, a prescrição acaba sendo tão forte que muitas vezes ela está acima dos próprios mecanismos institucionais e legais que irão regulamentar a vida do indivíduo em sociedade (MOSCOVICI, 2003).

Sendo assim, o papel das representações sociais é transformar o não-familiar em familiar, numa dinâmica em que eventos e objetos são reconhecidos e entendidos com base em conjunções anteriores, em modelos. A ação de representar desloca o diferente, o estranho do universo exterior para o interior, situando-o em uma categoria e em um contexto familiar comum (SPINK, 1995). Com isso as representações construídas pelos

indivíduos “são sempre o resultado de um esforço constante de tornar comum e real algo que é incomum (não-familiar), ou que nos dá um sentimento de não-familiaridade” (MOSCOVICI, 2003, p. 58). Dessa forma, as representações farão com que certo elemento incomum integre-se tanto ao grupo como na mente dos indivíduos.

Na percepção de Moscovici (2003), para que um elemento não-familiar torne familiar e seja inserido no cotidiano, é necessário usar dois processos, a ancoragem e a objetivação, sendo que esses processos basicamente se dão pelas memórias. O objetivo do processo de ancoragem é fixar ideias não-familiares ou estranhas na consciência do indivíduo, tornando-as comuns ou familiares. Há duas características que embasam a ancoragem: classificar e dar nome aos objetos. Quando o indivíduo se depara com um objeto estranho, sua mente o classifica e o reajusta de acordo com certas características que fazem com que esse objeto seja relacionado a alguma categoria. Assim, na visão de Moscovici (2003, p. 63) “classificar algo significa que nós o confinamos a um conjunto de comportamentos e regras que estipulam o que é, ou não é, permitindo, em relação a todos os indivíduos pertencentes a essa classe”.

Contudo, pensar em classificar um objeto é nomeá-lo simultaneamente e com isso esse objeto deixa de ser estranho e passa a ser familiar. Dessa forma, esse objeto familiar é integrado na cultura perante a sociedade possibilitando assim, sua representação. Sintetizando, essas duas características do processo de ancoragem vão além de comparar um objeto a um modelo padrão, uma vez que a finalidade da classificação e da nomeação é “facilitar a interpretação de características, a compreensão de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas, na realidade, formar opiniões” (MOSCOVICI, 2003, p.70). O processo de ancoragem torna o não-familiar em familiar após a passagem do objeto desconhecido para o campo particular, em que se poderá interpretar e nomear o novo com base no conhecido, o antigo.

Por sua vez, o propósito do processo de objetivação é materializar um elemento intangível, nesse caso, “transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico” (MOSCOVICI, 2003, p. 61). Esse processo faz a

junção do não-familiar com a realidade, tornando para o grupo social uma realidade como verdadeira, decodificando a característica icônica de um ser ou uma ideia e reproduzindo um conceito em uma figura ou imagem. Este processo consiste em três etapas para sua formação:

[...] primeiramente, a descontextualização da informação por meio de critérios normativos e culturais; em segundo lugar, a formação de um núcleo figurativo, a formação de uma estrutura conceitual; e, finalmente, a naturalização, ou seja, a transformação destas imagens em elementos da realidade (SPINK, 1993, p. 7).

Em síntese, os processos de ancoragem e o de objetivação irão tornar o elemento incomum naquilo que é familiar partindo da ideia do indivíduo, fazendo comparações, interpretações e reproduzindo esses elementos em algo palpável e visível que possam ser controlados. A ancoragem mantém a memória em movimento e está sempre armazenando e excluindo objetos, pessoas e acontecimentos classificados e nomeados por essa ancoragem de acordo com os seus tipos. Já a objetivação elabora conceitos e imagens para reproduzi-los no mundo exterior (MOSCOVICI, 2003, p. 78).

No contexto deste estudo, a investigação dessa dinâmica se volta para o entendimento de como os estudantes universitários, ao interagirem em seu grupo social, constroem a representação social do estágio não-obrigatório. Com base na mesma base teórica utilizada neste artigo, ou seja, as representações sociais, Bianchi e Oliveira (2011) realizaram uma discussão relacionando a influência das relações entre o estágio, a inserção profissional e o processo de formação dos estudantes. O estudo, realizado com onze universitários do curso de Administração de uma universidade pública do Rio de Janeiro entre os meses de setembro a novembro no ano de 2010, identificou as principais representações sociais do estágio entre esses graduandos. As representações foram divididas entre relações sociais positivas e negativas. Dentre as relações sociais positivas foram identificadas: o estágio como um processo de aprendizagem; o estágio como possibilidade de inserir o estudante no mercado de trabalho; o estágio como um período de conhecimento e identificação das áreas que mais interessam ao aluno e que estejam ligadas à Administração, orientando o acadêmico

em sua carreira profissional e o estágio como retorno financeiro. Dentre as relações negativas, teve destaque a identificação do estágio considerado um trabalho precário.

Os autores perceberam que somente as duas primeiras representações do grupo positivo (o estágio como um processo de aprendizagem e o estágio como possibilidade de inserir o estudante no mercado de trabalho) têm relação com o estágio e as outras representações encontradas são relacionadas ao trabalho, ou seja, a proximidade que o estágio cria com o trabalho. Os autores concluíram que em um processo de recrutamento e seleção para a vaga de estagiário as empresas estão exigindo mais aspectos técnicos e comportamentais, e que na maioria das vezes os estagiários não são acompanhados por um professor supervisor conforme determina a Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes. Além disso, foram identificados por meio das entrevistas realizadas aspectos distintos relacionados ao estágio. Em um primeiro momento, as experiências de realizar um estágio:

[...] trazem maturidade, responsabilidade e postura profissional aos estudantes. Mas por outro lado, trazem a difícil tarefa de conciliar estudo e trabalho de forma a não prejudicar os estudos, contam também com o desafio de encontrar uma área a seguir e a dificuldade de conviver com pessoas diferentes em um ambiente de trabalho (BIANCHI; OLIVEIRA, 2011, p. 15).

Ainda percebeu-se que o estágio é fundamental para a formação do acadêmico de Administração e para a obtenção de experiência prática, sendo até mesmo considerado como um dos requisitos para que o estudante seja inserido no mercado de trabalho. Considerando que o objeto de estudo deste artigo é o estágio não-obrigatório para os acadêmicos de graduação do curso de Administração, na próxima seção desta pesquisa será apresentada a dinâmica do mercado de estágios no país no campo da Administração para que, posteriormente, seja possível analisar as relações entre as representações sociais e os estágios.

ESTÁGIOS NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

O aumento do número de universidades públicas e privadas e,

consequentemente, o crescimento de alunos matriculados em cursos de ensino superior tem produzido um debate sobre a efetiva qualidade de ensino que estas instituições têm proporcionado aos estudantes (REZENDE, 2014). De acordo com dados do Ministério da Educação (2014) entre os anos de 2002 e 2013, o número de alunos matriculados nos cursos de graduação no país dobrou passando de 3,5 milhões de alunos para pouco mais de sete milhões de alunos, sendo que as instituições privadas respondem por 74% destas matrículas. Apesar das matrículas por modalidade presencial serem mais comuns e representarem 84,2% destas, a modalidade a distância tem se destacado representando um pouco mais de 15% das matrículas nos cursos de graduação (MEC, 2014).

A maioria dos alunos ingressantes no ensino superior tem optado por cursos de graduação na modalidade bacharelado, sendo esta a opção para 67,5% dos alunos (MEC, 2014). Em termos de gênero, os cursos de graduação escolhidos pelos homens em que há predominância de matrículas são Administração e Direito. Os cursos de Pedagogia, Administração e Direito são os mais escolhidos pelas mulheres, como apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 Curso de graduação com maior número de homens e mulheres matriculadas

Homens		Mulheres	
Curso	Nº de Matrículas	Curso	Nº de Matrículas
Administração	354.888	Pedagogia	568.030
Direito	355.020	Administração	445.226
Engenharia Civil	183.297	Direito	414.869
Ciências Contábeis	136.733	Enfermagem	194.166
Ciência da Computação	106.266	Ciências Contábeis	191.298
Engenharia de Produção	97.658	Serviço Social	157.919
Engenharia Mecânica	91.802	Psicologia	146.347
Engenharia Elétrica	74.840	Gestão de Pessoal / RH	138.243
Formação de Professor de Ed. Física	71.215	Fisioterapia	88.007
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	66.383	Arquitetura e Urbanismo	79.293

Fonte: Ministério da Educação (2014).

O Censo Universitário de 2013 mostra que dos cursos citados acima, Administração, Direito e Ciências Contábeis estão entre os dez cursos mais escolhidos, independente do gênero. O aumento de pessoas matriculadas em cursos de graduação na modalidade bacharelado teve como um de seus efeitos a alteração na composição do mercado de trabalho brasileiro. Isso ocorreu não somente em termos da especialização dos trabalhadores, mas, também, pelo aumento do número de estágios não-curriculares ofertados pelas organizações, o que tem se tornado um dos principais caminhos de inserção destes jovens profissionais no mercado de trabalho.

Segundo Murari e Helal (2009), o estágio é uma ferramenta capaz de oferecer uma relação próxima entre escola, aluno, empresa e sociedade, caso haja um vínculo entre o trabalho e a prática social que possa suprir necessidades do sistema educacional e as demandas tanto quantitativa como qualitativa de profissionais capacitados para o mercado de trabalho.

Conforme o art. 1º da Lei Nº 11.788/08, o estágio permite preparar alunos que estejam cursando o ensino regular, em “instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos” visando desenvolver esses alunos para o ambiente de trabalho. Ainda conforme a Lei, o estágio é visto como um “ato educativo escolar supervisionado” (BRASIL, 2008).

No art. 2º dessa mesma Lei consta que o estágio é caracterizado como sendo obrigatório e não-obrigatório, e essas formas de estágio serão determinadas conforme o projeto pedagógico de cada curso. O estágio obrigatório estará estabelecido na grade do curso, sendo um dos requisitos de aprovação para que o aluno consiga seu diploma. Em relação ao estágio não-obrigatório caberá ao aluno optar em fazê-lo ou não, todavia, o estágio não-obrigatório permite que o aluno complemente sua carga horária, sendo esta obrigatória ser concluída (BRASIL, 2008).

Oliveira e Piccinini (2012a) asseguram que essas duas formas de estágio proporcionam aos estudantes sua inserção no mercado de trabalho. Os estágios realizados nos semestres ou em anos iniciais têm como objetivo fazer com que o aluno se familiarize e conheça os trabalhos aplicados ao

curso, já os estágios realizados no final do curso atuam como intermediário para a inclusão profissional desses alunos. Ambos os estágios têm o propósito de preparar os estudantes para o mercado de trabalho, de tal forma que eles se desenvolvam profissionalmente usando a prática. Na medida em que os estagiários ingressam ao ambiente de trabalho, eles têm a oportunidade de explorar seus conhecimentos adquiridos durante o curso, aplicando-os em sua área de atuação. Além disso, os estagiários estarão em contato com profissionais que irão influenciá-los no que se refere ao desenvolvimento, tanto do conhecimento quanto da criatividade, com o intuito de crescer profissionalmente.

De acordo com pesquisas realizadas pela Associação Brasileira de Estágios [ABRES], (2014), atualmente há um milhão de estagiários no Brasil, sendo que destes, 740 mil são estudantes de ensino superior e os outros 260 mil restantes são alunos de ensino médio e técnico, sendo que antes da aprovação da Lei Nº 11.788/08 os estudantes de ensino médio e técnico correspondia a 385 mil desses estagiários.

De acordo com o Núcleo Brasileiro de Estágios [NBE] (2015) os estudantes que mais têm ofertas de estágio no país são os acadêmicos de Administração com 41,5% das vagas, sendo ainda, o curso com o maior número de alunos. Porém, a falta de preparo desses estudantes remete ao não preenchimento das vagas de estágio. Além disso, apesar de ser a área que mais oferece oportunidades aos estudantes, este não é o curso de graduação que apresenta maior média de remuneração entre os estagiários.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Analisar as representações sociais dos universitários de Administração da UEM quanto às suas experiências em relação ao estágio não-obrigatório é o objetivo deste artigo. A construção das representações sociais, por ser um processo social subjetivo, inclusive por meio da linguagem, é tratada metodologicamente neste artigo baseada em uma pesquisa qualitativa.

O método qualitativo é aplicado ao estudar fatores que estão inseridos na sociedade, como é o caso dos estudos “da história, das reações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das

interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”, além disso, o método em questão possibilita “[...] a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação” (MINAYO, 2013, p. 57). Denzin e Lincoln (2006) afirmam que a pesquisa qualitativa envolve vários procedimentos práticos, como por exemplo, a entrevista; as experiências pessoais; as histórias de vida, entre outros, que com a interpretação do pesquisador é permitido compreender da melhor forma o assunto estudado. De acordo com Neves (1996), para melhor compreensão dos fenômenos, busca-se primeiro o entendimento baseado na perspectiva dos participantes da situação em análise e, posteriormente, a compreensão dos pesquisadores que não procuram enumerar, ou medir eventos de modo estatístico.

Como técnica de coleta de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada que, segundo Minayo (2013), possibilita estabelecer um processo de interação entrevistador-entrevistado de forma que as construções dos relatos ocorram de forma flexível. Um aspecto interessante do uso dessa técnica de coleta de dados é a facilidade que o pesquisador tem em abordar o tema e, dessa forma, o entrevistado tem mais liberdade em falar sobre o assunto abordado sem se fixar nas perguntas que tinham sido pré-estabelecidas pelo entrevistador.

A pesquisa foi delimitada aos estudantes do curso de Administração da Universidade Estadual de Maringá. Essa escolha ocorreu, primeiramente, pelo objetivo da pesquisa de analisar as representações sociais dos estudantes de Administração sobre a experiência do estágio não-obrigatório e, também, pelo fato das pesquisadoras fazerem parte desse contexto social o que de certa forma facilitaria o contato e a realização do estudo.

O projeto pedagógico do curso de Administração da Universidade Estadual de Maringá permite que o aluno realize um estágio após o terceiro ano da faculdade, com a justificativa de que a partir desse momento o acadêmico está teoricamente apto a iniciar esse tipo de atividade. Os dados levantados na instituição indicavam que em setembro de 2014 o curso de Administração contava com 112 alunos de terceiros, quartos e quintos anos

que realizavam estágio, sendo que destes 23 eram realizados em órgãos públicos.

Com base nestas informações, a pesquisa foi realizada no mês de setembro de 2014 com doze estudantes do curso de Administração e os critérios utilizados foram entrevistar alunos a partir do terceiro ano de faculdade que se enquadravam nas seguintes situações: estudantes do terceiro, quarto e quinto ano que estavam realizando estágio; estudantes do quarto e quinto ano que fizeram no mínimo um estágio e que não estavam mais estagiando e estudantes do terceiro e quarto que pretendiam realizar uma experiência de estágio. Foram divididos três grupos de quatro alunos cada, sendo um grupo de alunos que não haviam realizado estágios (identificados como EN1, EN2, EN3, EN4), outro grupo com alunos que estavam em período de estágio (identificados como EJ1, EJ2, EJ3, EJ4) e o terceiro grupo composto por alunos que já haviam finalizado algum estágio (identificados como E1, E2, E3, E4). Nestes grupos de quatro alunos dois eram do gênero masculino e dois do gênero feminino. A Tabela 2 apresenta uma síntese de informações sobre os acadêmicos entrevistados.

Tabela 2 Perfil dos sujeitos entrevistados

Entrevistados	Gênero	Idade	Período da Faculdade	Experiências com Estágio	Quantidade de Estágios Realizados
E1	Masculino	22	5º Ano	Sim	2
E2	Feminino	22	4º Ano	Sim	1
E3	Masculino	22	3º Ano	Sim	1
E4	Feminino	20	3º Ano	Sim	3
EJ1	Masculino	23	5º Ano	Sim	1
EJ2	Feminino	24	5º Ano	Sim	3
EJ3	Feminino	22	5º Ano	Sim	2
EJ4	Masculino	22	5º Ano	Sim	1
EN1	Masculino	22	4º Ano	Não	Nenhum
EN2	Feminino	20	3º Ano	Não	Nenhum
EN3	Feminino	27	3º Ano	Não	Nenhum
EN4	Masculino	21	3º Ano	Não	Nenhum

Pelo fato deste artigo ter por objetivo analisar as representações sociais desses estudantes de Administração por meio das suas experiências e práticas de estágios vivenciadas no dia a dia destes acadêmicos, a interpretação das entrevistas seguiu uma estrutura fundamentada na análise de conteúdo devido esse instrumento basear-se no cotidiano das pessoas (COLBARI, 2014). Como explica Moraes (1999), a análise de conteúdo descreve e interpreta um conjunto de ideias divididas em documentos e textos a fim de compreender os significados das mensagens obtidas. Minayo (2013) descreve a análise de conteúdo como sendo uma técnica de tratamento de dados que permite ao indivíduo tirar conclusões dos dados de certo contexto de forma que esses dados possam ser válidos e copiados.

Ainda segundo Minayo (2013), a análise de conteúdo é dividida em três etapas: (1) pré-análise; (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Na primeira etapa referente à pré-análise, o(a) pesquisador(a) remete a questão das escolhas dos documentos, que serão analisados resgatando os objetivos e as hipóteses iniciais da pesquisa em questão. No que consiste a exploração do material, essa etapa visa categorizar expressões ou palavras a fim de organizar o conteúdo de uma fala. Por fim, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação permitem que o pesquisador em um primeiro momento evidencie as informações obtidas na pesquisa em formas estatísticas ou em análise setorial e com base nisso interprete essas informações relacionando com o quadro teórico ou sugerindo novas interpretações.

A operacionalização da análise de conteúdo, segundo Vala (1986), envolve um conjunto de indagações que podem ser agrupadas em três direções analíticas: 1) a análise de ocorrências, ou seja, de frequência de determinados objetos (o inventário e a quantificação de certas palavras, símbolos, temas, etc.); 2) a análise avaliativa, voltada para as características e os atributos associados aos objetos (dimensão ancorada em um sistema de valores); e 3) a análise associativa, que envolve associação e dissociação entre diferentes objetos (a estrutura de relações entre os objetos aciona o sistema de pensamento da fonte).

No presente estudo, seguindo a operacionalização proposta por Vala (1986), primeiramente foram analisadas todas as entrevistas visando

identificar a frequência com que certas palavras, símbolos e temas ocorriam nas falas dos entrevistados. Posteriormente, seguiu-se a análise avaliativa, buscando características que emergiram de um sistema de valores dos acadêmicos (dimensão ancorada). Por fim, buscou-se identificar categorias pautadas no objeto de pesquisa que emergiram da análise das entrevistas. A escolha dessas categorias foi orientada por alguns critérios elencados por Bardin (2004): a garantia da exaustão (todas as unidades de registro devem ser enquadradas em alguma categoria); a exclusividade (a mesma unidade de registro só pode pertencer a uma categoria); homogeneidade (não misturar “coisas” diferentes em uma mesma categoria); objetividade (características claras, de modo a permitir seu uso por diferentes analistas em um mesmo texto); e pertinência (adequação aos objetivos perseguidos e ao conteúdo tratado). Sendo assim, quatro categorias emergiram das análises das entrevistas, sendo elas: a) estágio como período de redes para inserção profissional; b) atividades extracurriculares; c) trabalho precário e d) período de acomodação. Para a análise das representações foram utilizados excertos das falas dos alunos.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nessa seção são caracterizadas as representações sociais construídas entre os universitários do curso de Administração referente ao estágio não-obrigatório. Essa construção ocorre nas trocas de conhecimentos e informações no ambiente acadêmico em estudo, uma vez que é comum os estudantes ingressarem na faculdade para futuramente poderem se inserir no mercado de trabalho, independente da carreira que eles queiram seguir, porém, durante esse período os estudantes realizam estágios, sejam eles obrigatórios ou não.

Assim, a interação social é um fator fundamental para a construção das representações sociais. Neste estudo as representações são construídas em torno de um objeto comum, o “estágio”. Para alguns acadêmicos, o estágio é considerado um objeto familiar, enquanto para outros como um objeto não-familiar. Por se tratar de um objeto comum neste ambiente acadêmico ocorre de ter verdades e não-verdades a respeito do que é ou não um estágio

e de que forma o estágio pode influenciá-los. Assim, é por meio da troca de informações e conhecimentos entre as experiências, o comportamento e as informações obtidas que as representações sociais são construídas.

Foi possível identificar o significado dessas representações por meio do detalhamento feito usando as próprias falas dos estudantes. Conforme pode ser observado, as representações apresentadas no Quadro 1, foram as que mais estavam presentes no cotidiano dos estudantes.

Quadro 1 Representações dos estudantes em relação ao estágio não-obrigatório

Representações Sociais	Caracterização das Representações Sociais	Frequência das Representações entre os Entrevistados*
Estágio como período de redes para inserção profissional	“Para mim está sendo um bom período porque estou aprendendo coisas novas todos os dias. Um dos motivos bons do estágio é aprender a lidar com as pessoas”. (EJ3)	11/12
Estágio como atividade extracurricular	“Preciso fazer estágio porque, honestamente, preciso de horas. Faltam cem horas e com o estágio eu conseguiria setenta e cinco horas”. (EN2)	3/12
Estágio como trabalho precário	“Um ponto negativo com a minha experiência de estágio era fazer a mesma coisa, fazer coisas que não estavam relacionadas ao cargo administrativo. Servir como se fosse um “office boy” lá dentro. Ficar levando papel de um lugar para outro, pegar caixa de papel sulfite, fazer coisa inútil. isso que foi a pior coisa lá dentro mesmo”. (EJ1)	8/12
Estágio como período de acomodação	“Na verdade, é que eu levo em consideração outras coisas. A questão salarial é boa, é próximo da minha casa, o horário é bem... Eles são bem flexíveis e até sair o concurso público eu penso em ficar lá”. (EJ4)	3/12

*Numerador representa quantos entrevistados destacaram a representação social e o denominador destaca a quantidade de entrevistados da pesquisa.

Dos doze entrevistados oito alunos realizavam estágio ou já tinham vivenciado alguma experiência de estágio em organizações privadas ou em algum órgão do governo. Além disso, apesar das entrevistas terem sido realizadas com alunos que se encontravam em períodos distintos da faculdade e que tinham experiências vivenciadas e pensamentos diferentes sobre o estágio, percebeu-se uma semelhança nas representações sociais encontradas, uma vez que foi identificado nas falas dos doze alunos entrevistados que o estágio é uma forma de inserção profissional e, ainda, onze destes alunos perceberam o estágio como um período de conviver com diferentes tipos de pessoas, como pode ser observado no Quadro 1. A seguir, as representações serão detalhadas para melhor compreendê-las e caracterizá-las.

ESTÁGIO COMO PERÍODO DE REDES PARA INSERÇÃO PROFISSIONAL

Nesta representação, o estágio é visto para a grande maioria dos alunos entrevistados como uma forma do estudante ter maior contato com diversidade de pessoas para a formação de redes de parcerias com outros profissionais. Levando em consideração que cada pessoa tem crenças, valores, atitudes, níveis intelectuais, características culturais distintas umas das outras, o estágio proporciona essa relação e convívio, proporcionando o diálogo e o relacionamento com diferentes pessoas. Por meio dessa relação interpessoal o estágio também contribui para os alunos construírem suas redes de contatos que futuramente poderão tornar-se parceiros na vida profissional, possibilitando apoios e indicações profissionais.

EN₃ (Feminino): “Os pontos positivos que tenho em mente ao realizar um estágio é poder ampliar a rede de contatos, desenvolver o conhecimento e poder aplicar o que se aprende em sala de aula.”

EJ₃ (Feminino): “No meu primeiro estágio tive que me relacionar com muitas pessoas difíceis, os pacientes que não tinham paciência de esperar, ou que não entendiam o que falávamos, ou não entendiam determinada situação.”

EN₂ (Feminino): [...] “acredito que quando você faz estágio ele é meio que uma transição né, para esse “negócio” de mercado de trabalho, como você tem que se portar nesse meio. Então eu acho que essas são as coisas boas de

um estágio, ele vai te guiar de alguma maneira. O seu comportamento, seu jeito de agir e vai te ajudar a se relacionar melhor com outras pessoas.”

Detalhando essa representação percebe-se que a relação interpessoal está associada à definição que Moscovici (2003) discorre sobre as representações sociais como sendo a interação que ocorre entre indivíduos e grupos sociais. Essas interações possibilitam a produção de experiências sociais que sustentam a formação de oportunidades profissionais.

Essas oportunidades são de certa forma um conjunto de elementos que permitirá a entrada desses jovens universitários ao mercado profissional. Esses elementos, por exemplo, podem ser o convívio que os estagiários passam a ter com as rotinas diárias de uma empresa, as possibilidades de relacionar a teoria e a prática, as chances de complementar os estudos ou ainda suprir certas necessidades que o curso possa trazer.

EN₄ (Masculino): “Os pontos positivos que tenho em mente ao se realizar um estágio é ser um profissional mais bem preparado; colocar em prática o conteúdo aprendido em aula, pois é isso que espero de um estágio; conhecer como é um ambiente de trabalho e aprender a me relacionar melhor com as pessoas. A faculdade de Administração por mais bem estruturada que seja não consegue trazer todo o conhecimento que um administrador vai precisar utilizar no dia a dia de trabalho.

EJ₂ (Feminino): “Acho de extremo valor o aluno realizar um estágio não-obrigatório porque aqui na UEM os professores e o curso em si formam outros professores, a gente não leva uma bagagem de tipo, como a gente vai atuar dentro de uma organização [...] eu acho que o estágio não-obrigatório ele entra como papel de você adquirir conhecimento, por exemplo, se você quiser abrir um próprio negócio, trabalhar em uma organização que você já tenha adquirido uma experiência e que você queira atingir um cargo bom, e tudo isso envolve os estágios. Não adianta nada chegar a uma empresa daqui cinco anos, sendo que você não fez nenhum estágio, acho isso muito vago.”

EJ₁ (Masculino): “As experiências que o estágio trouxe pra mim foi entender melhor a ideia de mercado. Antes eu não tinha ideia no mercado de como era a burocracia, eu sabia o que era, mas não sabia como ela funcionava. Agora, a partir do momento em que comecei o estágio eu vi o que é essa burocracia,

que é algo assim muito igual, sempre a mesma coisa com pessoas diferentes, mas é sempre a mesma coisa que você vai fazer e é isso que eu tive como lição também.”

Caracterizando essa representação, percebe-se principalmente na visão dos alunos que ainda não tiveram uma experiência com estágio que eles apostam nessa atividade como uma oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, mesmo alguns tendo aquela ideia de que os estagiários realizam atividades supérfluas. A ancoragem (MOSCOVICI, 2003) da necessidade de realizar o estágio para obter um maior contato com diversas pessoas visando à formação de redes com outros profissionais foi observada na entrevista com 11 dos 12 acadêmicos. Dentro dessa dinâmica, o estágio não-obrigatório é considerado fundamental para a construção de parcerias na vida profissional, possibilitando apoios atuais e futuros e indicações profissionais.

Confrontando as falas dos estudantes com a ideia de Murari e Helal (2009), percebe-se a relação destacada por ambos na qual os autores definem o estágio como uma ferramenta que permite a interação entre a escola, o aluno, a empresa e a sociedade vinculando o trabalho e a prática social de forma que essa relação complemente necessidades do ensino e atenda as demandas do mercado de trabalho.

ESTÁGIO COMO ATIVIDADE EXTRACURRICULAR

A representação do estágio como atividade extracurricular possibilita que o aluno complemente sua carga-horária no curso e busque por atividades que complementem sua formação como, por exemplo, realizar cursos de extensão, participar de projetos científicos dentro das universidades e realizar estágios. Conforme está previsto na Lei N° 11.788/08, essas atividades extracurriculares complementares são um dos requisitos para que o aluno seja aprovado e consiga concluir o curso.

EJ2 (Feminino): “O motivo que me levou a procurar um estágio foi à questão primeiramente, de ganhar horas de atividade acadêmica complementar” [...]

E3 (Masculino): “O estágio não-obrigatório é importante também para o currículo, quando terminamos o curso de graduação é essencial termos uma atividade extracurricular, ou uma capacitação complementar.

Com essas falas percebe-se que de certo modo os estudantes se preocupam em cumprir a carga-horária estabelecida na grade do curso e agregar experiências ao currículo profissional. Consequentemente, ao realizar essas atividades o aluno pode agregar conhecimento e utilizar o que fez para suas aplicações profissionais, porém, esse não seria o principal motivo aqui.

Nesse ponto, é possível destacar que a representação social “extracurricular” dos estágios não contempla, na percepção dos estudantes, as atividades disponibilizadas pela universidade. O estágio é considerado como uma atividade realizada fora do ambiente universitário. Como afirma Rezende (2014) o processo de expansão das universidades tem sido realizado sem um debate sobre a qualidade de ensino e a qualificação dos alunos. Com efeito, a ênfase no aumento da oferta dos cursos de bacharelado no país tem ocorrido para atender as demandas correntes de mercado e não necessariamente com um pensamento estratégico de formação da população brasileira.

Por isso, para os acadêmicos, a formação extracurricular deve ocorrer no mercado de trabalho e não no espaço universitário. É isso que Moscovici (2003) destaca ao afirmar que o propósito do processo de objetivação das representações sociais é realizar a junção do não-familiar com a realidade na qual os indivíduos estão inseridos. Deste modo, os acadêmicos objetivam a necessidade de formação extracurricular como essencial a sua dinâmica de formação, sendo, portanto, essencial a realização do estágio.

A necessidade de cursar o estágio extracurricular não foi destacada pelos acadêmicos como uma atividade a ser desenvolvida na universidade por meio de atividades de extensão ou com a comunidade nas cidades onde a universidade possui sua sede e seus *campi* de extensão. Rezende (2014) afirma que o processo de expansão das universidades tem ocorrido no país com base em uma política neoliberal, onde a formação dos estudantes ocorre com base nas necessidades do mercado, desconsiderando a formação política dos indivíduos. É por isso que nas falas dos estudantes a formação profissional implica a realização de estágios em empresas. Sendo assim, o estágio extracurricular acaba por se tornar, por vezes, um processo de precarização das relações de trabalho para os estudantes.

ESTÁGIO COMO TRABALHO PRECÁRIO

O processo de construção das representações sociais do estágio como trabalho precário foi, inicialmente, destacado pelos estudantes com base nos valores de remuneração desta atividade. Esta representação é caracterizada pelo fato dos alunos receberem uma bolsa remunerada quando se realiza um estágio. Para alguns estudantes, a escolha por realizar um estágio está associada a outros fatores que não seja a bolsa-auxílio, como, por exemplo, auxiliar na obtenção das atividades acadêmicas complementares ou adquirir experiências profissionais para serem inseridos no mercado de trabalho, como já foi dito acima. Porém, para outros, o estágio é uma forma de custear os estudos, uma vez que muitos alunos são de cidades vizinhas e vem para Maringá para realizar seu curso de graduação. Assim, alguns estudantes utilizam-se do valor da bolsa como critério para a escolha de um estágio.

EJ2 (Feminino) [...] “e também a questão de você receber uma bolsa né, ter uma ajuda porque eu ficava morando aqui [em Maringá] e tinha despesas e tudo, foi mais essas duas questões, mas também de ter experiência porque depois que você sai da faculdade se você não tiver nenhuma experiência também aí fica até mais difícil arrumar um emprego.”

EJ1 (Masculino): “De início não me importei em procurar um estágio relacionado ao curso, eu só queria trabalhar mesmo para ganhar o dinheiro, daí lá dentro eu vi que tinha alguma coisa relacionada com o que eu queria trabalhar, o que valeu a pena.”

Essa representação se tornou bem clara nas falas dos entrevistados. Usando o senso-comum nesse caso, os alunos antes mesmo de realizar um estágio já têm uma ideia pré-estabelecida de como é o trabalho de um estagiário quando trocam conversas e experiências entre seus grupos de amigos. É isso que Moscovici (2003) discute sobre o processo de ancoragem e o de objetivação das representações sociais tornar elementos incomuns naquilo que é familiar por meio de comparações, interpretações e reproduzindo esses elementos em mecanismos que possam ser controlados. Dificilmente algum estudante nunca ouviu ou falou que o estagiário é “quebra-galho”, que realiza atividades como tirar fotocópias ou servir café. Usando esses

termos percebe-se que a maior parte das pessoas e até mesmo dos próprios estudantes tem a percepção de que o estagiário é aquele que realiza atividades que não tenham tanta importância para a empresa e para o seu aprendizado.

EF2(Feminino): “Eu não colocaria minha experiência de estágio no meu currículo profissional, porque o meu serviço é muito simples, como tirar cópia, distribuir os documentos no hospital, atender ao telefone e não tem relação direta com o que aprendo na sala de aula.”

EJ1(Masculino): “Um ponto negativo que identifico quando fiz estágio era fazer sempre a mesma coisa, fazer coisas que não estavam relacionadas ao cargo administrativo, servir como se fosse um “office boy” lá dentro, ficar levando papel de um lugar pro outro, pegar caixa de papel sulfite, fazer coisa inútil. Isso que foi a pior coisa lá dentro mesmo.”

Percebe-se que o trabalho precário está associado também à limitação de atividades, pois muitas vezes o estagiário não tem acesso a certas informações pelo fato da empresa considerá-las sigilosas ou não confiar nele como foi dito por uma entrevistada. Outra aluna mencionou que realizar atividades que não estejam relacionadas ao curso acontece muito e que os anúncios que propagam as vagas de estágio normalmente as descrevem relacionando-as com os conteúdos ministrados nos cursos de graduação, mas quando chegam à empresa as atividades são totalmente diferentes. Mesmo assim, alguns entrevistados disseram que compete ao estagiário ter interesse em buscar aprimorar seus conhecimentos. Apesar das legislações que regulamentam o estágio e que tanto as instituições de ensino quanto as empresas têm obrigações que devem ser cumpridas em relação ao estágio, há falhas nesses processos tanto por parte da universidade quanto por parte das empresas.

ESTÁGIO COMO PERÍODO DE ACOMODAÇÃO

Na última representação aqui identificada, percebe-se também que além dos fatores já citados (adquirir experiência, atividade extracurricular e remuneração), os alunos se preocupam em procurar estágio que não irá interferir no horário de aula, que trabalhe de fato seis horas diárias de acordo

com a legislação. Assim, percebe-se que os alunos nesse caso, priorizam o estudo, mas não deixam de pensar na carreira profissional futuramente, como retrata os depoimentos a seguir.

EJ₂(Feminino): “O motivo pra eu querer fazer estágio é porque eu tava querendo um dinheiro a mais, porque eu estava só estudando, mas precisando de dinheiro e pelo horário, era só cinco horas diárias eu via que tava bom e trabalhar em algum outro lugar, porque só tinha trabalhado de garçom até então e como eu entrei em Administração precisava fazer alguma coisa mais relacionada à área.”

EJ₃(Feminino): “Pra mim um dos motivos da escolha do estágio foi a localização, para ir ao meu primeiro estágio eu tinha que sair quase uma hora antes de entrar no estágio e voltava muito tarde, e o outro era tipo duas quadras acima da onde eu morava, aí eu chegava mais cedo em casa também.”

Uma questão observada é que os alunos entrevistados que não fazem estágio tem uma visão restrita no que se refere à aplicação da teoria na prática. Já para os estudantes que já tiveram alguma experiência de estágio observou-se que há uma dificuldade na aplicação dos conteúdos aprendidos em sala de aula nas atividades desenvolvidas no estágio. Uma entrevistada chegou a dizer que as aplicações e ideias que ela consegue ter no ambiente de trabalho são advindas das experiências do próprio estágio e não com o curso de Administração. Nesse caso, segundo a entrevistada, os alunos que não fizeram estágio até o momento têm ideias mais restritas quanto às atividades desenvolvidas por um administrador pelo fato deles não conhecerem e vivenciarem o dia a dia do mercado de trabalho.

Nesse mesmo sentido, outro ponto destacado pelos estudantes se refere à limitação do curso, pois apesar de formar administradores, muitas vezes esses alunos não estão aptos para atuar no mercado de trabalho como administradores, devido à falta de contato que muitos alunos têm com empresas, por isso há alunos que optam em realizar um estágio para suprir essa necessidade, ou como disse uma entrevistada, para suprir a “falha” do curso. Outro motivo destacado por um dos entrevistados ao escolher fazer estágio foi que o curso de Administração da UEM forma professores e não administradores, causando essa insegurança de atuar no mercado profissional.

Quando questionados sobre a relação de trabalho na empresa com os outros funcionários, os alunos disseram não se sentirem diferenciados no relacionamento entre eles, porém as atividades dos estagiários são limitadas, segundo os entrevistados. Alguns estudantes ainda disseram que antes de realizarem um estágio tinham uma visão de que o estagiário realizava atividades supérfluas e por isso era desprivilegiado. Depois de terem experiências como estagiário perceberam que realmente existem atividades que nada acrescentam em sua carreira profissional, porém são poucas, as outras atividades desenvolvidas podem de fato acrescentar experiências para a carreira profissional desses estudantes, além disso, alguns estagiários ressaltaram que toda a experiência é válida sejam elas boas ou ruins. Identifica-se nesta questão a presença do senso comum, pois como já foi dito antes as pessoas estão acostumadas a acreditar em tudo que se ouve e tudo que se vê sem ao menos questionar se realmente o que se vê ou ouve é verdadeiro. Como identificado pelos estudantes, foi por meio das experiências de estágio que eles perceberam essa diferença.

Nas entrevistas foi solicitado aos estudantes que descrevessem alguma situação vivenciada no estágio de algo errado que aconteceu na empresa e que a culpa foi atribuída ao estagiário. Um estudante relatou que muitas vezes ocorria a necessidade de alguma atividade simples ser feita, como protocolar e empacotar documentos e os funcionários comentavam entre eles que aquilo “era coisa de estagiário.” Outra situação aconteceu com uma entrevistada, onde ela relata que a chefe dela se esqueceu de passar um recado para determinada pessoa e no outro dia a solicitante ligou pedindo um esclarecimento do porque não havia obtido um retorno. A chefe dela simplesmente respondeu que havia solicitado para estagiária repassar o recado, porém, a estagiária não tinha avisado, sendo que a mesma nem sabia o que estava acontecendo.

O estagiário perante a sociedade é visto como aquele que faz o trabalho errado e que leva “a culpa de tudo”, esses relatos citados acima são exemplos disso, porém, baseando-se na teoria das representações sociais percebe-se que as pessoas não procuram saber se o estagiário é realmente assim, “o que faz tudo errado”, simplesmente essas representações são ouvidas, aceitas e reproduzidas sem qualquer questionamento por algumas pessoas.

Considerando as representações sociais destacadas em questão, percebe-se que somente nas três primeiras representações o estágio aparece relacionado ao que de fato se entende por estágio, que é a relação com o mercado de trabalho e a preparação do aluno como profissional, são elas: estágio como período de conviver com diferentes pessoas; estágio como inserção profissional e estágio como período de decisão/escolhas.

Comparando esse estudo com a pesquisa realizada por Bianchi e Oliveira (2011) no Rio de Janeiro com estudantes do curso de Administração da universidade pública da cidade, percebe-se uma familiaridade entre as representações dos dois estudos. Os autores identificaram como representações relacionadas ao trabalho o estágio como processo de aprendizagem e o estágio como possibilidade de inserir o estudante no mercado de trabalho, consideradas por eles como representações positivas. A representação negativa, considerada pelos autores foi o estágio como trabalho precário que também foi identificada neste estudo.

Nesse sentido, percebe-se que tanto os estudos realizados em instituições públicas quanto em instituições privadas, em várias regiões do país, apresentaram o estágio como uma ferramenta que auxilia os acadêmicos a ingressarem no mercado de trabalho, o que muda nesse caso são as experiências vivenciadas por cada jovem e as influências tanto culturais como sociais vivenciada por eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste artigo foi analisar as representações sociais dos universitários de Administração quanto as suas experiências em relação ao estágio não-obrigatório. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa com acadêmicos do curso de graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá, Paraná. Assim como nos estudos de Bianchi e Oliveira (2011) e Oliveira e Piccinini (2012a; 2012b), foi identificado que o mercado de estágio no contexto estudado é representado pelos acadêmicos do curso de Administração como sendo, especialmente, uma forma mais rápida de ingresso ao mercado de trabalho, entretanto com baixa remuneração e, por vezes, precarizado. A produção desta condição social dos estagiários nessa dinâmica ocorre pelo fato de o estágio ser construído simbolicamente como principal mecanismo de construção de redes profissionais. Estas relações construídas no contexto de trabalho que possibilitam a “aprendizagem” da prática de gestão, discutidas “teoricamente” em sala de aula, que são apreendidas por meio do convívio social durante a realização do estágio não-obrigatório.

Essa interação social produzida no cotidiano de vida característica da construção das representações sociais, destacada por Moscovici (2003), é base do segundo eixo de debates deste estudo. Para os entrevistados, realizar um estágio é uma forma de atividade extracurricular determinada pela universidade, devido à concepção das políticas pedagógicas, e que são essenciais para a formação social dos estudantes. Entretanto, é preciso destacar que esse processo microssocial tem articulações com a construção macrossocial da concepção dos cursos de bacharelado no país, conforme destaca Rezende (2014). A ênfase da expansão dos cursos para a formação de bacharéis e tecnólogos no país em consonância com as políticas pedagógicas de incentivo aos estágios não-obrigatórios, quando articulados a uma dinâmica de mercado, podem substanciar a construção das representações sociais sobre a função do estágio, conforme observado nesse estudo.

Outro aspecto importante dos resultados deste estudo é a precarização das relações de trabalho dos estagiários. As falas dos entrevistados foram

remetidas à preocupação com a execução de tarefas de trabalho no cotidiano do estágio que não estão diretamente relacionadas com a formação técnica de sua profissão. Com efeito, a função do estagiário é construída como “apoio” às atividades operacionais resultando na última representação social identificada nesse estudo, sendo relacionada à imagem do estagiário como aquele que “faz tudo errado” e que “sempre leva a culpa” por não ter o domínio técnico das atividades a serem realizadas. Essas construções denotam uma posição, por vezes, de submissão dos estagiários frente às outras categorias profissionais que são naturalizadas no senso comum.

Em termos teóricos e empíricos, e de forma ampla, este artigo avança na articulação da teoria das representações sociais com a dinâmica de expansão das universidades e, conseqüentemente, da ampliação da demanda e da oferta de estágios não-obrigatórios. Nesse sentido, destacamos que apesar das representações sociais serem constituídas com base no senso comum da vida cotidiana dos sujeitos essa produção é articulada diretamente com a dinâmica macrossocial, conforme discute Moscovici (2003) sobre o processo de construção das representações sociais. Com efeito, é possível compreender como as dimensões institucionais das relações sociais substanciam e significam a vida cotidiana, sendo base para a construção de representações sobre a realidade social (MOSCOVICI, 2003).

As representações sociais dos estágios não-obrigatórios para os acadêmicos do curso de Administração também estão relacionadas à dimensão macrossocial do processo de expansão das universidades e dos cursos de graduação no país, ainda que esse estudo tenha sido realizado em um contexto local específico: a região noroeste paranaense. Essa afirmação pode ser considerada com base nas articulações dos resultados do presente estudo com os obtidos em outras pesquisas sobre as representações sociais dos estágios não-obrigatórios para os estudantes de Administração, conforme os trabalhos de Bianchi e Oliveira (2011) e Oliveira e Piccinini (2012a; 2012b), que apresentaram semelhanças com os resultados deste artigo.

As discussões teóricas e empíricas apresentadas nesse artigo não terminam com os debates aqui propostos. Apresentamos debates que possibilitam a compreensão de como o social e o individual interagem

entre si objetivando, por meio de construções sociais, a ordenação do mercado de estágios não-obrigatórios para os estudantes do curso de Administração, que denominamos de representações sociais (SALAZAR; SILVA, 2014). Futuras pesquisas podem avançar teoricamente nesse campo de pesquisa, por exemplo, articulando a teoria das representações sociais com a formulação de políticas públicas para o ensino superior, destacando, especialmente, o processo de expansão e interiorização das universidades e suas relações com o mercado de trabalho. Outro aspecto importante a ser destacado em futuros estudos são as representações sociais dos docentes e técnicos universitários sobre os estágios não-obrigatórios para os estudantes, bem como da expansão e interiorização universitária no Brasil, visto que essa dinâmica tem ocorrido com base no deslocamento de docentes de grandes centros urbanos para estas localidades.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTÁGIOS. *Estatísticas*. Disponível em: <<http://www.abres.org.br>>. Acesso em: 10/08/2014.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BIANCHI, G.; OLIVEIRA, S. R. As representações sociais dos universitários de Administração sobre a experiência de estágio. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 35., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.
- BRASIL. *Lei nº. 11.788*, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: Legislação Federal. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 10/08/2014.
- CAVEDON, N. R. As representações sociais dos universitários sobre o trabalho. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 23., 1999, Rio de Janeiro. *Anais...* Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999.
- CAVEDON, N. R.; FERRAZ, D. L. Representações sociais e estratégias em pequenos negócios. *Revista de Administração de Empresas*, v. 4, n.1, p. 1-16, 2005.
- COLBARI, A. A análise de conteúdo e a pesquisa empírica qualitativa. In: SOUZA, E. M. de. (Org.). *Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual*. Dados eletrônicos. Vitória, EDUFES, 2014, p. 241-272.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN Y. S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FERREIRA, V. C. P. *ONGs no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento*. 2005. 271f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.
- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). *Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13.ed. São Paulo: Hucitec, 2013.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Censo universitário 2013*. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em: 14/03/2015.

- MÖLLER, R. C. *A representação social do fenômeno participativo em organizações públicas do Rio de Janeiro*. 1996. 93f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.
- MORAES, R. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://letraviva.net/arquivos/tcc/5-%20Roque_Moraes.pdf>. Acesso em: 28/08/2014.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2003.
- MURARI, J. M. F.; HELAL, D. H. O estágio e a formação de competências profissionais em estudantes de administração. *Revista Gestão e Planejamento*, Salvador, v. 10, n. 2, p. 262-280, 2009.
- NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.
- NÚCLEO BRASILEIRO DE ESTÁGIOS. *Notícia*. Disponível em: <https://www.nube.com.br/imprensa/noticia?id_noticias=906> Acesso em: 14/03/2015.
- OLIVEIRA, S. R.; PICCININI, V. C. Uma análise sobre a inserção profissional de estudantes de administração no Brasil. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 13, n. 2, p. 44-75, 2012a.
- _____. A construção do mercado de estágios em Administração na cidade de Porto Alegre. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 6, n. 1, p. 29-48, 2012b.
- REIS, S. L. A.; BELLINI, M. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 33, n.2, p. 149-159, 2011.
- REZENDE, R. H. Políticas Educacionais para o Ensino Superior na Era Lula. In: III Semana de Integração, XII Semana de Letras e XIV Semana de Pedagogia – “Educação e Linguagem: novos olhares, novas possibilidades de ensino”. *Anais... Inhumas: UEG*, 2014.
- SALAZAR, K. de A.; SILVA, A. R. L. da. A dinâmica da representação social sobre o trabalho voluntário: um estudo na Associação de Voluntários da APAE de Venda Nova do Imigrante. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 38., 2014, Rio de Janeiro. *Anais... Rio de Janeiro: ANPAD*, 2014.
- SILVA, A. R. L. da.; CARRIERI, A. de P. A teoria das representações sociais nos estudos organizacionais. In: SOUZA, E. M. de. (Org.). *Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual*. Dados eletrônicos. Vitória: EDUFES, 2014, p. 183-212.
- SPINK, M. J. P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Caderno de Saúde Pública*, v. 9, n. 3, p. 300-308, 1993.

VALA, J. A. análise de conteúdo. In: SILVA, A. S.; PINTO, J. M. (Org.). *Metodologia das ciências sociais*. Lisboa: Afrontamento, 1986, p. 101-128.

VERGARA, S. C.; FERREIRA, V. C. P. A representação social de ONGs segundo formadores de opinião do município do Rio de Janeiro. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 39, n 5, 2005.

_____. Teoria das representações sociais: uma opção para pesquisas em Administração. *Revista da Angrad*, v. 8, n. 2, p. 225-241, 2007.

YAMAMOTO, J. M. *Gestão de C&T: gênero e representações sociais da ciência na Universidade Estadual de Maringá*. 2005. 139 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

DADOS DOS AUTORES

JAQUELINE CRISTINA ROMERO GONZAGA* *jaque.gonzaga@hotmail.com*

Bacharel em Administração pela Universidade Estadual de Maringá

Instituição de vinculação: Universidade Estadual de Maringá

Maringá/PR – Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Administração Geral.

* Av. Colombo, 5.790 Bloco C-23 sala 209 – Campus Universitário

Jardim Universitário Maringá/PR 87020-900

JOSIANE SILVA DE OLIVEIRA *oliveira.josianesilva@gmail.com*

Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituição de vinculação: Universidade Federal de Goiás

Goiânia/GO – Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Estudos Organizacionais.

PRISCILLA BORGONHONI CHAGAS *priscillabchagas@gmail.com*

Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituição de vinculação: Universidade Estadual de Maringá

Maringá/PR – Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Teoria das Organizações, Administração Pública e Métodos Qualitativos.